

# A dinâmica dos atos de linguagem em listas de discussão<sup>1</sup>

Jairo Ferreira<sup>2</sup>

## Resumo

Aparentemente, a questão chave da cooperação é o reconhecimento mútuo dos interlocutores. Essa hipótese é parcialmente válida, desde que este reconhecimento não seja visto como uma decorrência direta de um contrato. A questão do reconhecimento ultrapassa o contrato formal de lugares institucionais, para se sustentar em outras instâncias da vida social, além do compartilhamento, reciprocidade e conservação das proposições através de atos de linguagem, das representações concretas e da prática. Nesse sentido, as interações discursivas constituem-se numa sucessão de estruturas instáveis e estáveis encadeadas entre si, o que implica em formas de equilíbrio (e, portanto, de cooperação) específicas em redes digitais.

## Résumé:

Il semble que la question que est la clé de la coopération est la reconnaissance mutuelle des interlocuteurs. Cette hypothèse est partiellement valide, depuis que cette reconnaissance n'est pas vue en tant qu'un résultat direct d'un contrat. La question de la reconnaissance excède le contrat formel des places institutionnelles, pour se soutenir au support lui-même dans d'autres exemples de la vie sociale, au delà du partage, de la réciprocité et de la conservation des propositions par des actes de langage, des représentations concrètes et la pratique. En cette direction, les interactions discursives se constituent dans une succession des structures instables et régulières enchaînées entre elles-mêmes, ce qu'il implique sous les formes spécifiques de l'équilibre (e, donc, de coopération) dans les réseaux digitaux.

## O ato de linguagem como proposições, cooperação e reconhecimento

Em termos de interações discursivas, uma proposição se evidencia através de atos de linguagens. Por isso, analisá-los como proposições é um caminho para compreender como se constitui o processo de trocas, principalmente nas listas de discussão, na perspectiva da cooperação. Propomos um conceito de cooperação (um princípio superior das trocas, diz Maingueneau, 2001, referindo-se a Grice, 1979) em suas

---

<sup>1</sup> Este artigo recupera, atualiza e avança a discussão que desenvolvemos em *Razão, regulação e ritmos nas interações discursivas* nesta mesma revista, em 2001.

<sup>2</sup> Jairo Ferreira é doutorando e professor no curso de Comunicação Social da UNISINOS (RS).

diversas dimensões (simbólica, referencial, lógica e funcional), mais como processo do que enquanto resultados entre os interlocutores. Essa interpretação, portanto, compreende a cooperação como um processo multideterminado, aberto aos vários vértices de significação e interação entre eles, inclusive os níveis diversos - ou seja, a significação prática e representativa concreta. Essa proposição preserva o aspecto lógico e normativo da cooperação, mas amplia o conceitos às outras forma de significação e conhecimento.

Quando afirmamos que os atos de linguagem são proposições, nos inspiramos no modelo das trocas sociais de Piaget (1973: p. 184 e seguintes). Esse modelo, como sabemos, inspirou Habermas em sua teoria da ação comunicativa. Realizamos, entretanto, uma modificação visando deixar este modelo compatível com a nossa formulação: trata-se então de proposições simbólicas, referenciais, funcionais e não somente lógicas. Temos então um modelo de proposições pensado no interior dos quatro vértices de significação e conhecimento.

Nosso modelo, portanto, se utiliza das idéias piagetianas para as trocas de pensamento, fazendo algumas modificações decorrentes da tese que desenvolvemos sobre as interações discursivas:

- a) o indivíduo 'a' enuncia uma proposição 'pa' (reconhecida ou não em diversos graus em termos de campo de significação e conhecimento em torno deste enunciado);
- b) o interlocutor 'b' reconhece ou não o enunciado de 'a', considerando os núcleos de sentido socialmente sedimentados ou como criação de um sentido novo, emergente na própria interação. Este acordo, em diversos graus, chamaremos de 'r';
- c) o acordo 'r' é condição à continuidade das trocas ('t') entre 'a' e 'b'. Os atos de linguagem, materializando 't', expressam o engajamento no encadeamento de proposições;
- d) o engajamento de 'b' confere à proposição inicial de 'a' o reconhecimento que pode ser simbólico, referencial, funcional e lógico, em diversos graus.

Na medida em que cada ato gera uma nova proposição, o engajamento de 'b', através da materialização de seus processos de significação em novos atos de linguagem, resulta num novo ciclo proposicional. Numa lista de discussão, em que vários interlocutores participam simultaneamente, existe a possibilidade de se formar uma rede de proposições, configurando, assim, um campo de significação e conhecimento. Estas redes podem ter várias configurações, e nem sempre serão cooperativas. A cooperação, na perspectiva que desenvolvemos, atravessa a enunciação, a narrativa e os processos de argumentação. Podemos, portanto, acentuar estas relações, abstraindo as ordens discursivas, falando em atos de discursos como proposições de

pensamento, considerando elementos como contratos, circunstâncias de discurso e ato interenunciativo, incluindo a relação dos interlocutores com objetos das trocas (incluindo as próprias ações dos interlocutores quando estas se transformam em objetos do discurso).

No conceito de contrato de fala, em nossa perspectiva, acentuamos o acordo entre os lugares elegidos (o que é compatível com o modelo de Charaudeau, do qual partimos para nossa análise de interações discursivas). Isto é, se considerarmos uma dada seqüência, podemos afirmar que um ponto importante do contrato de fala é o reconhecimento mútuo dos interlocutores (o que vai aparecer no ato de linguagem como inter-enunciação). Ou seja, os interlocutores devem aceitar a proposição que cada um faz de si e do outro. O desconhecimento é o ponto de partida da ausência de cooperação. Neste caso, coloca-se a necessidade de uma alternativa: em decorrência de não ocorrer o reconhecimento dos lugares elegidos pela fala, o foco da interação poderia passar a ser a negociação destes lugares, num processo atravessado pela significação simbólica (a falta, a busca e o objeto: ser o representante do bem ou do mal, do belo ou do feio, da paz ou da guerra, etc.), referencial (necessidade evidente no caso do discurso anormal em que um sujeito diz ser Napoleão I, num contrato fora do contexto teatral...), funcional (que remete à ação social mais ampla, estratégica e procedural, implicada no ato de nomear a si e ao outro) e lógica (aqui, entram tipos de lógica: a inclusão e exclusão; as quatro operações matemáticas; a formal, ou és escravo ou és senhor; a dialética, podes ser escravo ou senhor; etc.).

Uma segunda possibilidade é de que o processo seja cooperativo, em particular quando ocorre reconhecimento dos lugares elegidos entre os interlocutores, resultando em produtos pontuais típicos da cooperação. O **processo** cooperativo (conjuntivo), por conseguinte, não decorre apenas de um reconhecimento dos lugares elegidos entre os interlocutores, mas da reparação mútua quando o desconhecimento é acentuado. Nos processos cooperativos, as proposições são hipóteses, ao invés de verdades constituídas em sua enunciação (do tipo “verdade do imperador”), inclusive porque a enunciação verbal (Piaget, 1973) não é a percepção, cuja constituição requer a significação prática. Nesse sentido, a proposição através de um ato de linguagem é uma hipótese que deve ser verificada. Para verificar uma hipótese, os indivíduos em interação devem recorrer a procedimentos que permitam uma construção operatória, ou seja, deve recorrer ao conjunto da ação e não somente à linguagem. Ou, a enunciação discursiva deve ser verificada na esfera da significação concreta e prática dos interlocutores. Essa verificação, em nossa perspectiva, será feita através de procedimentos que o sujeito utiliza - concretos e práticos -, que poderão confirmar ou negar as hipóteses enunciadas. Em tese, a cooperação - enquanto processo de equilíbrio - ocorre quando os interlocutores reconhecem os enunciados como hipóteses a serem verificadas, confirmadas ou não, a partir de correspondência entre as operações individuais que realizam.

Aparentemente, a questão chave da cooperação é o reconhecimento mútuo dos interlocutores. Essa hipótese é parcialmente válida, desde que este reconhecimento não seja visto como uma decorrência direta de um contrato. A questão do reconhecimento ultrapassa o contrato formal de lugares institucionais, para se sustentar em outras instâncias da vida social, além do compartilhamento, reciprocidade e conservação das proposições através de atos de linguagem, das representações concretas e da prática. Nesse sentido, propomos que as interações discursivas constituem-se numa sucessão de estruturas instáveis e estáveis encadeadas entre si, o que implica em formas de equilíbrio (e, portanto, de cooperação) específicas em redes digitais.

### **Os demônios de Laplace e Maxwell na comunicação**

A perspectiva que estamos construindo decorre da discussão teórica e de nossas análises empíricas, que nos aproximaram das teorias não deterministas sobre a questão do equilíbrio. Nos basearemos, visando uma restrição neste debate que é amplo e abrange vários autores, em Ilya Prigogine (1996). Conforme esse autor, as teorias físicas de Newton, da relatividade e quântica são deterministas e reversíveis. Nelas, a inversão dos tempos (passado e futuro) não alteram as leis e relações entre os eventos da natureza. Elas são contemporâneas do Demônio de Laplace: a previsão sobre os eventos depende tão somente do conhecimento de todas as variáveis em jogo e suas transformações no tempo (mesmo que relativo, conforme a teoria de Einstein). Sobre isto, afirma Prigogine: “As leis da natureza enunciadas pela física são da esfera, portanto, de um conhecimento ideal que alcança a certeza. Uma vez que as condições iniciais são dadas, tudo é determinado” (1996: 19).

Ao mesmo tempo, partimos da aceitação da proposta de Piaget de que o desequilíbrio é dominante no pensamento natural, o que é compatível com a análise onde afirmamos que as formas canônicas de auto-regulação das estruturas nas sociedades de mercado são as regulações, o que significa um pensamento caracterizado pelo intuitivo, egocêntrico ou sociocêntrico. Considerando que no “pensamento do cotidiano” o equilíbrio nunca é atingido, e de que no pensamento científico, o equilíbrio é instável, e que os processos de interação coletivos são homólogos aos processos individuais, a formulação do próprio equilíbrio perde-se, ou esvazia-se, numa redundante negação do próprio conceito de equilíbrio - o que afeta diretamente as condições de reciprocidade e reversibilidade nas trocas. Entretanto, nosso esforço teórico será feito no sentido de articular esse conceito recuperando a idéia de uma dialética entre sistemas fechados e abertos, conservação e instabilidade, ordem e transformação das estruturas dinâmicas para compreender o pensamento natural que é produzido e interpretado nas interações discursivas. Porém, tentaremos demonstrar que essas regulações resultam não só em instabilidade, mas simultaneamente em estruturas estáveis.

A perspectiva alternativa sobre o equilíbrio (em relação à concepção determinista) foi fundada pelas descrições evolutivas da natureza associadas à entropia (conceito relativo à desordem num determinado sistema), processo em que as mudanças são irreversíveis no tempo. O próprio tempo, portanto, é irreversível. A distinção corresponde ao segundo princípio da termodinâmica, publicado por Clausius em 1865. Nessa formulação, a energia do universo é constante, mas a entropia cresce. Os processos reversíveis são aqueles em que a entropia permanece constante (sistemas fechados). Nos sistemas abertos, a entropia acompanha a tendência do universo. Maxwell, na esteira do “segundo princípio da termodinâmica”, sugeriu uma nova situação também para os sistemas fechados. Este sistema possui dois compartimentos separados por um furo, e a mesma temperatura no conjunto (o que significa entropia inicial idêntica no conjunto dos dois espaços). Em sua proposição, é possível alterar o equilíbrio em cada um dos compartimentos pelo controle da passagem de partículas mais rápidas e lentas para cada um dos compartimentos específicos. Este ente que realiza o controle é o Demônio de Maxwell. Este, entretanto, não opera a partir da certeza, e sim da probabilidade (no caso, de velocidades). Agindo dessa forma, se estrutura uma nova ordem a partir da desordem (entropia) inicial.

Isto afeta a discussão dos processos comunicacionais. Sua influência ocorre através da Teoria da Informação, do matemático Claude Shannon (1949), que sintetiza as concepções de informação e de comunicação não só para os informaticistas. Essa teoria terá influência na teoria da comunicação gerando várias interpretações críticas (Eco, 1991; Rüdiger, 1995; Wolf, 1987). Não nos interessa, aqui, discuti-la em conjunto, mas especificamente a transposição que faz do conceito de entropia para a compreensão dos processos de comunicação.

A idéia é de que o conjunto das possibilidades combinatórias dos sinais binários em si, quando desorganizado, gera degradação da capacidade informacional dos mesmos, isto é, gera um estado de equilíbrio entrópico. O fenômeno se manifesta, na conceituação da TI, como ruído (a desordem). Ao contrário desta tendência dos sistemas informacionais, a codificação (a ordem) retém o potencial informativo dos sistemas.

Em outras palavras, tomadas de empréstimo à termodinâmica, dir-se-á que a informação é uma medida da entropia, ou seja, da degradação de um sinal em presença de ruído. O objetivo essencial da Teoria da Informação será a compreensão dessa entropia com a finalidade de poder lutar contra ela de forma eficaz (Breton, 1991: 53).

Mas, sabemos, a Teoria da Informação vai privilegiar o sentido técnico da informação como uma dimensão formal em oposição aos aspectos subjetivos dos sinais e dos símbolos. Nesse sentido, os críticos da Teoria da Informação afirmam que esta não possui os elementos necessários e suficientes para analisar o processo comunicacional, na medida em que esse é constituído no processo de significação, irreduzível a uma concepção matemática de código. Podemos situar a crítica a essa formulação em várias dimensões. Não é esse o objetivo desse artigo.

Consideramos que Prigogini capta com perfeição, no que se refere à física, esta aproximação entre o Demônio de Laplace e de Maxwell. Essa aproximação tem como chave o conceito que faz da irreversibilidade uma decorrência da ignorância. O mundo volta a ser simétrico se os sujeitos, como o Demônio de Maxwell, observarem as diversas propabilidades de eventos (ou os microestados), passando a controlar as trocas. Essa aproximação, em nossa perspectiva, esclarece o vínculo e as dissonâncias entre a Teoria da Informação e os projetos deterministas de controle da natureza e da vida social. Essa Teoria, ao colocar que a irreversibilidade e do caos observados nos macro-processos são resultantes da ignorância dos eventos possíveis, controláveis através da ação humana, renova a proposta de conhecimento exaustivo do real visando o controle e reversão da entropia. Há, aqui, uma descontinuidade que demarca o próprio trânsito verificado no último século na ciência: se o Demônio de Laplace observa, prevê e não interfere na realidade (a ciência moderna enquanto compreensão do real), o de Maxwell observa, registra e controla as trocas. Isso vai aparecer no projeto cibernético. Nesse sentido, é só parcialmente verdadeiro que a ciência moderna visava desde o seu início o controle da natureza, como iria formular a Escola de Frankfurt, em especial com Habermas. Confunde-se, nessa análise, previsibilidade pretendida do Demônio de Laplace com controle proposto através do Demônio de Maxwell.

### **Ordem e temporalidade**

A tese de Prigogini, portanto, não se confunde com a entropia da Teoria da Informação. É nesse sentido que pretendemos retomar a questão da entropia para a análise dos processos de comunicação, em particular das interações discursivas. Nessa perspectiva, a questão chave é a irreversibilidade. Em sua proposta, a irreversibilidade pode resultar em ordem e desordem, e não apenas na desordem aparente (pois resultante da ignorância) como sugerem as formulações anteriores. Neste sentido, a flecha do tempo pode ser uma fonte da ordem (e não só de degeneração, como a oxidação de um metal). É, aqui, que surge uma diferença em relação à formulação de Piaget. A temporalidade em relação aos processos sociais nos impede de falarmos em fechamentos lógicos (que devem ser reversíveis). Na teoria de Piaget, o conceito de regulação procura dar conta destes processos. Mas há, neste caso, uma contradição. Se a regulação é caminho do desenvolvimento (dos ritmos às operações), como caracterizar enquanto regulação um processo que, temporal, não resulta em operações? E, ao mesmo tempo, como compreender a ordem em processos temporais? É nesse ponto que situamos a necessidade de formular com precisão a questão das estruturas instáveis.

As teses de Prigogini (referenciado em Poincaré), aqui, são três: a) os processos irreversíveis são tão reais quanto os processos reversíveis descritos pelas leis tradicionais da física; não podem ser interpretados como aproximações das leis fundamentais. Ou seja, a irreversibilidade não é um resultado da ignorância do observador sobre os eventos microestruturais; b) os processos irreversíveis desempenham um papel construtivo na natureza; c) a irreversibilidade exige uma

extensão da dinâmica. O físico propõe dois limites em termos de sistemas: os estáveis e instáveis. Os estáveis são aqueles em que modificações nas condições de interação produzem efeitos reduzidos (o autor ilustra com o caso do movimento de um pêndulo). Num sistema estável, podemos calcular posições a partir de trajetórias. Esse é o caso das equações de velocidade. Nesses, é válido pensar em correspondência entre trajetórias individuais e coletivas (estatísticas).

Os instáveis são aqueles em que as modificações das circunstâncias produzem efeitos ampliados que aproxima o sistema do caos. No caso dos sistemas instáveis, considera que rompe-se a correspondência entre trajetória individual e comportamento coletivo: esses são aleatórios, probabilísticos, irreduzíveis a trajetórias individuais previsíveis. E não se trata, aqui, de ignorância, desconhecimento, falta de informação das variáveis, mas de um processo inerente ao sistema. Nessa perspectiva, a análise deve se concentrar sobre distribuição de eventos num determinado espaço. Isto é pertinente com nossa formulação, na medida em que nos interessa particularmente verificar a distribuição das trocas e proposições em termos de atos de linguagem.

Nos estáveis, a energia potencial é mínima, isto é, tende a um processo mínimo de interação. Essas formulações são feitas tendo em vista a física e a química. Para Prigogini, ainda referenciado em Poincaré, os sistemas dinâmicos em geral, onde ocorrem maior possibilidades de interações, não são integráveis. Isto quer dizer que é impossível definir o comportamento coletivo através do conhecimento de variáveis. A possibilidade de que o movimento se oriente para “a direita ou para a esquerda” é de 0,5, ou seja, é incerto.

A importância dessa formulação é de que ela corresponde à parte das críticas de Morin à ciência moderna. As interações geram ressonâncias (Prigogini, 1996: 43), e variam conforme as condições de energia. As ressonâncias informam que ocorrem acoplamentos entre eventos (pensamos, aqui, no acoplamento entre as interações em listas com as interações que ocorrem em outros espaços de interação, dentro e fora do dispositivo digital, ou acoplamento entre uma discussão entre temáticas diversas etc.). Porém, é impossível observá-las estatisticamente, ou integrá-las em funções analíticas. Nesse caso, a distribuição dentro de um determinado espaço de possíveis indica interações variadas e dinâmicas, resultante de ressonâncias (Prigogini, 1996: 46). A análise determinista, pelo contrário, procura abstrair essas ressonâncias, e analisar o comportamento coletivo como uma inferência das trajetórias individuais.

Nesse sentido, a análise das interações deve se remeter ao coletivo em movimento. Caso contrário, perde-se o comportamento coletivo na análise do individual. Numa explicação que consideramos genial, Prigogine afirma que a análise das partículas individuais não registra que estas possam ser sólidas ou líquidas. As fases só são reconhecidas como propriedades do conjunto das partículas. “A existência das transições de fase traduz, portanto, uma propriedade emergente, irreduzível a uma descrição em termos de comportamentos individuais”, afirma o físico (1996: 47).

Nos sistemas fechados (ou de dispositivos fechados) o equilíbrio está relacionado à diferença entre a entropia (que é máxima, mas estacionária) e a energia (que é mínima). No estado estacionário, a entropia permanece constante ao longo do tempo, ou seja, a produção de entropia é nula (a variação é mínima no espaço de tempo). O sistema é estável. Qualquer modificação é logo compensada e o sistema volta ao seu ponto de equilíbrio.

Entretanto, em estados de não equilíbrio, os sistemas apresentam uma complexidade mais rica e diversa em relação ao equilíbrio, afirma Prigogini. “No exemplo da difusão térmica, essa maior complexidade corresponde a uma separação parcial, a uma triagem... dos constituintes”, afirma o físico (1996: 67). Nessas situações, não há extremos tal como energia livre mínima, ou entropia estacionária. As flutuações deixam de ser compensadas. Longe do equilíbrio, os processos ganham contornos específicos, não universais em termos de regras e leis. A instabilidade desempenha “um papel essencial”.

A formulação, apresentada em linguagem matemática, informa que a partir de uma distância crítica do estado de equilíbrio, os sistemas tornam-se instáveis, abertos às flutuações e bifurcações. Produzem-se um conjunto de novos processos, que o autor chama de estruturas dissipativas, que são associadas à produção de entropia e de energia livre, ao contrário das estruturas estáveis associadas à variação mínima da entropia. As estruturas dissipativas implicam em processos catalíticos, que permitem combinações e conversões inesperadas a partir dos estados intermediários, anteriores a equilíbrio entrópico. Essas estruturas geram processos em bifurcações, as quais retornam às características dos sistemas dinâmicos até que a instabilidade gera novas flutuações e bifurcações etc. “O comportamento do sistema torna-se então errático”, diz o autor (1996: 71).

### **Em torno de uma síntese: inferências para análise das interações discursivas**

A partir das formulações desenvolvidas acima, consideramos possível definir elementos característicos dos momentos de instabilidade e estabilidade da dinâmica das interações. Primeiramente, vamos pensar essas duas possibilidades em torno das várias proposições de Piaget. Falaremos em características e não em sistemas. Com este conceito, reiteramos uma abordagem que pretendemos dialética sobre a estruturas. Elas terão momentos mais ou menos estáveis conforme o peso relativo dessas características nas interações. Consideramos que é possível quantificar esse processo. Essa quantificação foge, entretanto, aos objetivos desse artigo.

Como discutimos acima, a primeira modificação associada aos sistemas instáveis é que a análise não ocorre mais no plano das trajetórias individuais e se transfere para as probabilidades. Isso terá uma importância fundamental na física. É impossível prever onde se encontra uma partícula, mas apenas indicar lugares possíveis de sua trajetória. Nesse caso, a trajetória é uma idealização não calculável. Veremos que essa proposição pode ser útil na análise das interações. Ela nos permite pensar descrições em torno de

quadro de possibilidades imerso nas condutas coletivas, dinâmico, incluindo fases sucessivas conforme as transformações das trocas. A descrição das trajetórias individuais perde sentido nessa análise, inclusive porque tem aspectos e elementos não integráveis. Ganha valor a “evolução do conjunto”, marcada por tempos diversos e irreversíveis. Mesmo as configurações coletivas, na medida em que submersas em outras dimensões e ressonâncias, devem ser entendidas como uma probabilidade singular.

Observamos em nossas análises dos processos de interações em dispositivos digitais, que há um acoplamento (o termo é de Prigogini) entre sistemas estáveis e instáveis, considerando as várias dimensões que compõem um processo de comunicação. No que se refere aos processos de significação através das interações discursivas, a ocorrência de processos irreversíveis não impede a emergência da ordem, em paralelo com os processos de entropia (ou seja, redução da energia de troca em torno de determinada temática, tendendo a zero). Mas, ao mesmo tempo, há processos reversíveis, constituídos a partir das regulações e operações. A adaptação operatória vai aparecer nas coordenações necessárias em relação a muitos aspectos técnicos do dispositivo digital. Os indícios de regulações aparecem nas estratégias dos atos de linguagem, revelando uma ação individual que se adapta à realidade.

As formas de acoplamento que observamos são diversas. Entre os predominantemente instáveis há dois limites. Enunciados que morrem (isto é, tem energia limitada e não produzem entropia) num curto espaço de tempo e com raros reconhecimentos enquanto enunciado. Outros são desconhecidos, pura e simplesmente. Isto é, sequer nascem como reconhecidos explicitamente. Entre os mais estáveis, verificaremos que um ato de linguagem pode ser uma estrutura estável e instável, capaz de gerar bifurcações diversas (instabilidade), conforme o seu potencial de reconhecimento (estabilidade) enquanto enunciação. O que vai caracterizar as trocas discursivas como gestos de cooperação é seu potencial energético, entrópico e, se quisermos, capacidade de estabilização e instabilização do pensamento coletivo. A emergência do pensamento coletivo é uma singularidade, relativa a vários processos de interação, em que o conjunto de bifurcações esgotam (até o ponto em que energia e variação entrópica são mínimos) processos de significação simbólicos, lógicos, funcionais e referenciais conforme os interlocutores que participam do jogo de reconhecimento mútuo.

Há, no conceito de estados emergentes, aqui, uma quebra da homologia entre o indivíduo e o social? Não necessariamente, se considerarmos cada indivíduo uma totalidade composta de outras partes. Mas a questão mais complexa não se resume na homologia entre o individual e social, e sim como, no plano do comportamento individual, ocorre o aleatório, a incerteza e a própria ressonância, ou como o indivíduo se coloca nas interações. Se essa questão nos remete de volta à psicologia, a primeira - a do comportamento coletivo - nos aproxima de uma sociologia ou antropologia das interações, o que nos permita compreender as circunstâncias de discurso em torno de

uma concepção em que o agrupamento da práxis (em classes, estamentos, tipos etc.) será feito considerando o modelo de sistemas não estáveis.

Como já indicamos, a instabilidade das interações discursivas em listas de discussão está associada não aos processos tecnológicos que dão suportes às trocas. Esse, pelo contrário, tende a impor restrições e se constituir num sistema estável. Porém, ao mesmo tempo, a lista, ao multiplicar as possibilidades de interações simultâneas, gera um sistema de trocas instável, que se organiza na medida em que essa potencialidade se realiza nas próprias interações. As ressonâncias atuam de forma clandestina, isto é os vários atos de linguagem anteriores certamente coabitam os atos de linguagem posteriores, num processo marcado pelo irreversível (veremos este processo irreversível em particular na distinção dos incluídos e excluídos da comunidade em formação), isso sem falar nas ressonâncias de discursos produzidos em outros dispositivos e espaços de interação.

### **Referências bibliográficas**

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours. éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)**. Paris: Classiques Hachette, 1983.

ECO, Humberto. **Tratado Geral de Semiótica**. São Paulo. Perspectiva. 1991.

EPSTEIN, Isaac. **Teoria da Informação**. São Paulo, Ática, 1988.

FERREIRA, Jairo. **Razão, regulação e ritmos nas interações discursivas**. Rio de Janeiro: UFF. Ciberlegenda, 2001c.

MAIGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez. 2001.

PIAGET, J. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1973.

PIAGET, J. **Le structuralisme**. 11. Ed. Paris : Presses Universitaires de France, 11 edição, 1996.

PIAGET, J. **O desenvolvimento do pensamento. Equilíbrio das Estruturas Cognitivas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977a.

PRIGOGINI, Ilya. **O fim das certezas. Tempo, Caos e as Leis da Natureza**. São Paulo. Unesp, 1996.

RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e Teoria Social Moderna**. Porto Alegre, Fênix, 1995.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Editorial Presença, 1987.